

O conceito de “literatura nacional” e a crise de identidades na América Latina

Prof. Dr. Eduardo F. Coutinho (UFRJ)

Resumo:

Em decorrência de um processo de colonização de mais de três séculos e que ainda hoje perdura, embora não mais das mesmas matrizes, do ponto de vista econômico e cultural, os intelectuais da América Latina sempre tomaram idéias e instituições européias como paradigmáticas e buscaram internalizar a visão de mundo desses povos. Desse modo, o ensino e a pesquisa da Literatura nas universidades latino-americanas ateu-se na maioria das vezes aos modelos europeus: primeiro através do historicismo e, mais tarde por meio das correntes teóricas, em especial de cunho imanentista, que emanavam daquele contexto. Em ambos os casos, a idéia de literatura nacional constituía uma referência dominante e o estudo da literatura centrava-se no cânone de cada país, erigido em bases nacionalistas. Entretanto, com o advento da Desconstrução e dos Estudos Culturais e Pós-Coloniais na segunda metade do século XX, esses modelos foram amplamente questionados, dando lugar a uma tensão entre os estudiosos que defendiam o conceito hegemônico de nação e o estudo da literatura como a expressão do espírito nacional, de um lado, e os que passaram a abordar a literatura como uma entre as muitas expressões da afirmação política de cada grupo que compõe o mosaico étnico, cultural, social e linguístico do continente, de outro lado. Com base nas críticas que têm sido feitas atualmente tanto à construção hegemônica de estados-nações quanto às respostas daí resultantes, sobretudo da parte dos chamados “grupos minoritários”, teceremos, neste trabalho, alguns comentários sobre o ensino da literatura e sobre a produção de histórias literárias nos dias de hoje na América Latina.

A relação entre discurso literário e identidade nacional, por mais que possa parecer natural e inevitável, é uma construção histórica relativamente recente. Assim como o conceito de “nação”, identificado a “estado-nação”, que é agora visto como uma criação do século XVIII¹, a noção de “literatura nacional” originou-se na virada deste para o século XIX, particularmente com os românticos alemães, que divulgaram a idéia de que uma literatura se define pela sua afiliação nacional e pelo fato de que deve incorporar o que se entendia como as características específicas de uma nação. A premissa que norteava esta visão era a de que a humanidade se dividia em grupos homogêneos, mas distintos entre si, e marcados por um conjunto único de valores e preocupações, que constituem o “caráter nacional” (CORSE: 1-17). Este conjunto de idéias nacionalistas levou-os à ilusão de que tanto a nação quanto as literaturas nacionais eram fatos naturais, que surgiram sem a interferência de indivíduos específicos. Contrários a esta posição, que dominou por mais de dois séculos, teóricos recentes dedicados à questão vêm procurando demonstrar que as nações são, para usar a expressão de Benedict Anderson, “comunidades imaginadas”, criadas em contextos históricos específicos e ligadas a interesses políticos de grupos determinados, e que as literaturas nacionais são construções criadas para sustentar a identidade de uma nação, conferindo-lhe o estatuto cultural necessário para sua projeção na arena das disputas internacionais.

¹ Para um maior desenvolvimento da questão, ver ANDERSON, HOBSCAWM, BHABHA, GUIBERNAU e CORSE.

Se as literaturas nacionais, em vez de meros reflexos de um suposto “caráter nacional”, são antes construções que não só contribuem mas desempenham um papel fundamental na constituição de uma nação, os dois conceitos acham-se intimamente relacionados e são inclusive interdependentes: as literaturas nacionais são ao mesmo tempo produtos e constituintes parciais da nação e de seu sentido coletivo de identidade nacional. Assim, cada literatura nacional irá constituir-se à diferença de outra ou outras, consolidando-se num cânone, cuja base histórica é o nacionalismo, e cuja principal preocupação é a sua singularidade. Entretanto, como este cânone se define com referência a outros, também evidentemente mutáveis, e esta referência também varia de acordo com o momento histórico em questão, a “literatura nacional” nunca constituirá um conceito homogêneo, mas, ao contrário, será sempre uma construção em aberto, com facetas múltiplas e diversas, variando de acordo com as necessidades de afirmação e autodefinição de cada momento.

Na América Latina, a construção de cânones literários nacionais sempre esteve vinculada ao processo de formação e constituição das nações. Daí a preocupação, presente na produção literária de cada um dos diferentes países latino-americanos, com a especificação de sua singularidade, definida por traços que os diferem uns dos outros e de suas matrizes européias. Essa preocupação sempre se expressou, contudo, por meio de uma perspectiva ontológica, que levou frequentemente a uma identificação entre a nação e sua produção. Buscava-se constituir um *corpus* literário que fosse a expressão fiel do “espírito nacional”, uma espécie de entidade abstrata homogênea, que muitas vezes recebeu designações como as de “brasilidade”, “argentinidade”, “mexicanidade”, e assim por diante.

A independência política da maioria dos países latino-americanos, ocorrida nas primeiras três décadas do século XIX, deu ensejo, no meio intelectual da época, a uma onda patriótica que pode ser vista como o desejo de dotar as novas nações com o que Antonio Candido apropriadamente definiu, a respeito do Brasil, como “uma literatura equivalente às européias, que exprimisse de maneira adequada a sua realidade própria”, ou, em outras palavras, com uma “literatura nacional” (2: 9-10). A literatura era considerada, nesse período da vida latino-americana, como parte de um esforço construtivo mais amplo, que visava a contribuir para a grandeza das nações recém-formadas. Ela era o respaldo necessário para a projeção da imagem das nações, e como tal deveria apresentar um perfil próprio. Construir uma literatura nacional passou a ser uma espécie de missão para os escritores da América Latina, que se lançaram, então, na busca de aspectos que pudessem conferir especificidade a sua produção, tornando-a distinta, e, por essa mesma particularidade, à altura do que se produzia na Europa. Todavia, no afã de delinear o que deveria ser uma literatura própria, esses escritores incorreram em contradições que conferiram um toque especial à produção da época: movimentos estéticos europeus eram importados pela *intelligentsia* latino-americana e transformados no contacto com a nova terra, mas a visão de mundo que os havia originado se mantinha muitas vezes inalterada, ocasionando, no discurso literário, dissonâncias insolúveis. Afirmavam-se valores locais com um olhar internalizado da Europa e defendia-se a construção de uma nova tradição, que tinha como referencial a antiga matriz.

O sentimento de dependência que tanto marcou os intelectuais latino-americanos mudou consideravelmente no século XX, primeiro com os movimentos de Vanguarda na América Hispânica e o Modernismo no Brasil, e em seguida com o chamado *boom* da narrativa do meio do século. À diferença do que ocorrera no século XIX, em que os movimentos estéticos eram simplesmente importados e adaptados ao contexto latino-americano, sem que se levassem em conta as diferenças do contexto de recepção, com as Vanguardas hispano-americanas e o Modernismo brasileiro as importações dos movimentos europeus passaram por um processo de transculturação segundo o qual aspectos desses movimentos misturaram-se a elementos locais, dando origem a algo novo, com um perfil próprio, mas em cuja configuração se reconheciam traços tanto locais quanto das Vanguardas européias. Na narrativa do meio do século, este fenômeno acentuou-se de tal modo

que deu margem a uma extraordinária projeção da literatura latino-americana no plano internacional, a ponto de influenciar outras expressões literárias e de passar a estabelecer um diálogo em pé de igualdade com a produção oriunda dos contextos hegemônicos. É o caso, apenas a título de amostragem, do papel exercido por García Márquez com a publicação de *Cem anos de solidão*, e, antes dele, por Borges, cuja obra Foucault declara haver sido o ponto de partida de seu livro *Les mots et les choses* (1966).

Esta tomada de consciência da parte dos escritores latino-americanos marca a transição de um sistema hierárquico, típico de todo processo de colonização, baseado na dicotomia centro vs. periferia, para uma situação de equilíbrio voltada para a busca de um verdadeiro intercâmbio. No entanto, a despeito de sua importância, o fenômeno parece ter-se restringido à criação literária. Os discursos da teoria, da crítica e da historiografia literárias, bem como o ensino da literatura, permaneceram presos à perspectiva eurocêntrica, continuando a tomar como referência as obras produzidas na Europa e limitando-se a ecoar as vozes de lá provenientes. A Crítica literária latino-americana, como bem assinalou Octavio Paz, “não se nutriu, de modo geral, de um pensamento próprio” (1967), e como tal não chegou a constituir uma tradição. Há, sem dúvida, casos isolados de intelectuais locais que teceram lúcidas reflexões sobre a literatura do continente, mas quase sempre o que ocorria era a simples importação de correntes do pensamento europeu, que passavam a ser usadas indiscriminadamente como modelos de avaliação estética. Este fenômeno, já bastante significativo no século XIX, continua marcando forte presença ainda hoje. Basta, por exemplo, uma mirada de relance ao ensino da literatura no continente para observar-se a quantidade de correntes teóricas que se sucedem rapidamente, sem que a passagem de uma a outra corresponda, como assevera Roberto Schwarz, “ao esgotamento de um projeto” (p. 30). Não há um projeto intelectual que norteie a assimilação dessas correntes, nem muito menos uma reflexão sólida que avalie de maneira criteriosa a contribuição que elas podem trazer para a Crítica e o ensino da Literatura. O que prevalece é o puro gosto pela novidade, a moda, e a atitude colonizada de importar a qualquer preço o produto emanado da metrópole.

Do mesmo modo que essas correntes do pensamento eram importadas com avidez da Europa e seus conceitos e categorias passavam a funcionar como pressupostos fundamentais na apreciação estética, os movimentos e escolas literárias eram sempre enfocados pela Crítica como extensões dos equivalentes europeus, e os autores e obras aqui surgidos eram considerados espíritos ou manifestações menores que seus contemporâneos da metrópole. Aqui também, como no caso anterior, o elemento forâneo se revestia de um caráter de exemplaridade, e a produção literária do continente, relegada a plano secundário, não passava de um reflexo esmaecido dos modelos forjados no além-mar. Estudava-se a literatura latino-americana através de paralelos desvantajosos que a colocavam sempre em posição de ostensiva inferioridade e classificavam-se autores e movimentos à luz de uma historiografia alheia e muitas vezes inadequada. O resultado inevitável era a acentuação da dependência e a ratificação incontestável do estado de colonialismo cultural ainda dominante no continente.

O fato de o discurso da literatura achar-se envolvido na construção das nações recém-criadas deu origem aos cânones dos diversos países latino-americanos que vieram a constituir o continente, e a criação desses cânones foi consolidada pelas histórias literárias escritas a partir de então. Essas histórias, que se tornaram uma referência para o estudo da literatura na América Latina, eram basicamente de dois tipos: ou voltadas especificamente para uma única nação ou para o continente como um todo, e neste último caso, eram divididas de acordo com um critério nacional, ou seja, cada parte era dedicada a uma das diferentes nações que integravam o continente. E mesmo quando a nação não era a principal referência na divisão dos capítulos, mas períodos políticos ou movimentos estéticos, havia uma espécie de subdivisão dentro dos capítulos em que as diversas produções nacionais eram distinguidas umas das outras. A produção literária que fazia parte dessas

histórias ou que simplesmente era mencionada nelas era sempre a que havia sido definida como canônica, ou seja, a literatura produzida em idiomas europeus e expressa através de gêneros ou estilos acordes aos padrões europeus. Assim, todo tipo de manifestação literária que não se adequasse a esses modelos era considerada como não-representativa desses países e excluída dessas histórias literárias.

O caso do Brasil é um pouco distinto do das outras nações latino-americanas por se tratar do único país do continente em que se fala o português. Aqui, não se vão encontrar histórias literárias voltadas para o continente como um todo, mas apenas para o país como uma unidade nacional. No entanto, os mesmos critérios usados na criação das histórias literárias hispano-americanas encontram-se aqui: a única produção literária levada em conta é a escrita em português e em conformidade com os gêneros e estilos europeus. Toda uma gama de produção presente em gêneros populares como a literatura de cordel não era considerada literatura, e muito menos o grande número de narrativas ou de expressões poéticas presente na tradição oral das comunidades indígenas e africanas. As histórias literárias brasileiras, bem como as hispano-americanas, limitavam-se em geral ao cânone, construído pelas classes dominantes da sociedade, que, contraditoriamente, estavam criando novas nações com base naquelas contra as quais elas lutavam, mas cuja visão de mundo haviam interiorizado.

O estudo da literatura na América Latina seguiu as mesmas tendências presentes na Europa, ou seja, no final do século XIX dominou a perspectiva historicista, e nos meados do século XX houve uma predominância das correntes formalistas provenientes sobretudo do Formalismo Esloveno, da Estilística Teuto-Suíça, do New Criticism Anglo-Americano e do Estruturalismo Francês. Contudo, esta mudança de perspectiva não teve o mesmo efeito observado na Europa. A busca de universais presente nessas correntes e o anseio de se criarem modelos extensivos a qualquer contexto, sem levar em conta as diferenças históricas e culturais entre o *locus* de produção e o de recepção, acabou por ratificar o estado de dependência cultural ainda dominante na América Latina. O discurso da Teoria Literária adquiriu foros de ciência, tornando-se totalizante e a-histórico, e, como os pólos mais avançados dos estudos literários estavam localizados nas grandes cidades do oeste europeu e os teóricos mais proeminentes ou viviam ou eram provenientes daqueles locais, suas teorias eram importadas cegamente e aplicadas à literatura latino-americana. Além disso, como suas reflexões se tinham originado de um *corpus* literário oriundo daquelas metrópoles, esta produção adquiria uma dimensão universal e era vista como exemplar. O resultado foi uma visão profundamente etnocêntrica e monocultural que tomou a produção tanto literária quanto teórica da Europa como o grande referencial canônico e encarou a produção latino-americana como secundária ou periférica. Esta visão atingiu seu ponto culminante nos anos dourados do Estruturalismo francês quando até os textos latino-americanos selecionados para estudo nas escolas ou universidades eram quase sempre os que faziam parte do cânone de cada país do continente, que havia sido erigido à base dos modelos europeus. Todo tipo de produção popular ou de grupos desprivilegiados, como as comunidades indígenas ou africanas dispersas por todo o continente era deixado de lado e pejorativamente rotulado de folclórico.

Com o advento da Desconstrução e dos Estudos Culturais e Pós-Coloniais, a maneira tradicional de abordagem do fenômeno literário sofreu algum abalo na América Latina. Com a primeira destas correntes, a perspectiva binária que estava na base do pensamento estruturalista foi posta em xeque e passou-se a adotar uma perspectiva mais inclusiva. Com os Estudos Culturais, as estruturas cristalizadas da metafísica ocidental que favoreciam certas culturas e tipos de conhecimento em detrimento de outros foram questionados, e a reação que se desenvolveu contra todo tipo de sistema homogeneizador deu lugar a outros tipos de discurso até então excluídos da órbita dos estudos literários e à produção de outras culturas que não pertenciam ao cânone. Finalmente, com os Estudos Pós-Coloniais, surgiu uma grande reação a todo tipo de hierarquia de

poder e passou-se a defender o estudo das relações mútuas entre formas e produções literárias provenientes de fontes diversas e universos culturais distintos. Na esfera da Literatura Comparada, por exemplo, a literatura latino-americana passou a ser vista não mais como puramente influenciada pela europeia, mas como uma produção capaz de estabelecer um diálogo em pé de igualdade com ela. O resultado dessas mudanças foi o questionamento de alguns dos principais pilares que sustentavam o modelo nacional e a busca de alternativas: os conceitos de “nação”, “idioma” e “literariedade” deixaram de ser vistos como os únicos referenciais para os estudos literários e os cânones das chamadas “literaturas nacionais” tornaram-se o foco de intensos debates.

O questionamento do conceito de “nação”, cuja identificação com a idéia de estado-nação foi revelada como uma construção do século XVIII, resultante de interesses políticos e econômicos específicos, e portanto passível de desconstrução, levou muitos historiadores literários contemporâneos a ver a relação entre literatura e nação não mais como dominante na constituição de suas histórias. Esses estudiosos tomaram consciência de que assim como a nação, havia outras “comunidades imaginadas”, calcadas em referenciais de outra sorte como idioma, etnia ou religião, que também possuíam uma produção vigorosa, e passaram a considerar este fato na constituição de suas histórias. Os historiadores literários latino-americanos não constituem exceção a esta regra. Eles começaram a ver que o próprio conceito de nação era uma construção europeia que tinha sido imposta arbitrariamente ao continente pelas classes dominantes da sociedade de modo a fazer prevalecer seus interesses, e em consequência passaram a levar em conta outros referenciais, relativizando a autoridade do modelo tradicional.

Além disso, o modelo que tomava a nação como referencial principal na constituição de histórias literárias não costumava levar em conta nem as diferenças regionais dentro de uma mesma nação nem a existência, tão comum no continente, de uma região cultural e/ou social que transcende as fronteiras de diversas nações, como é o caso das regiões andina ou amazônica, ou ainda de regiões como a ocupada por um povo como o Aimara, que foi posteriormente dividida por razões políticas em quatro países distintos. Ao considerar essas questões, os novos historiadores têm geralmente optado por uma noção de mapeamento que, sem descartar completamente a idéia de nação, leva também em conta outros referenciais, como a noção de “região cultural”, que pode ser simplesmente parte de uma determinada nação ou uma região que a transcende, incluindo neste último caso mais de um país. Neste tipo de história literária, uma região como a amazônica, ou como os Andes ou o Caribe, pode figurar tanto dos capítulos dedicados aos países de que ela faz parte quanto num capítulo isolado como região cultural específica.

Assim como ocorreu com o conceito de “nação”, a problematização do conceito de “idioma” também teve um papel importante na constituição de histórias literárias, e no caso da América Latina este elemento foi particularmente significativo em função do número de línguas ainda faladas no continente. Ao questionar as línguas europeias dominantes como única forma de expressão nos países latino-americanos, este novo tipo de historiografia deixou de lado todo tipo de visão monolítica da realidade do continente e permitiu a possibilidade de inclusão de um número considerável de registros lingüísticos alternativos provenientes dos grupos até então excluídos da esfera dos estudos literários. Estas construções lingüísticas se estendem desde línguas realmente distintas como as indígenas quíchua, *nauhalt* ou guarani, até estilos marginalizados, como os “dialetos populares”, e incluem os registros resultantes da fusão da língua de grupos de imigração recentes com o idioma dominante do país em questão.

De acordo com esta perspectiva, cada vez mais freqüente na América Latina, não é mais possível abordar-se a produção literária do continente por meio de qualquer modelo lingüístico que busque eliminar as contradições entre os diferentes povos e culturas, ou, em outras palavras, que busque conferir homogeneidade ao que é diverso. O caráter múltiplo e plural da produção latino-

americana requer o abandono de qualquer discurso monolítico sobre ela e recusa o sujeito forte e bem-estabelecido que sustenta este discurso, dando lugar à heterogeneidade de ambos esses elementos, e consequentemente a um tipo de expressão complexo e multifacetado. E ao agir assim, os intelectuais latino-americanos vêm tornando audível um grande número de vozes que haviam sido silenciadas há séculos. Com isso, comunidades indígenas e afro-descendentes cujas produções nunca tinham sido levadas a sério, passaram a ser estudadas no meio acadêmico e uma quantidade de centros especializados têm sido criados para o desenvolvimento desses estudos.

Finalmente, com o questionamento que tem sido feito ao conceito de “literariedade”, os novos historiadores da literatura passaram a incluir em suas obras outros tipos de discurso que transcendem a escritura puramente artística ou imaginativa e pertencem à esfera da cultura em geral. Entre estes acham-se textos que tradicionalmente pertenciam a outras áreas do conhecimento, como a Antropologia, a Sociologia, a História ou a Filosofia, e que agora são também vistos como fundamentais para o conhecimento da Literatura. Agora, além do estudo de textos, gêneros, estilos e topos que por tanto tempo dominaram as obras de História Literária, tem sido dada importância também à análise do campo em que a experiência literária foi produzida. O resultado é que os discursos sobre a Literatura adquiriram um novo enfoque que põe em xeque as barreiras entre as disciplinas instituídas pelo pensamento iluminista, e o cânone perdeu seu sentido unívoco e autoritário, tornando-se, tanto quanto possível, uma estrutura flexível, passível de constante reformulação.

Não há dúvida de que essas transformações não ocorreram de maneira simples ou harmoniosa. No ensino da Literatura, por exemplo, verificou-se uma nítida disputa entre duas posições distintas que no princípio assumiram um tom um tanto radical. De um lado, houve estudiosos que, entusiasmados com a abertura do cânone, passaram a utilizar em seus cursos apenas textos anticanônicos, ou, melhor dizendo, textos até então considerados inaceitáveis nos cursos de Literatura, e de outro, surgiu uma reação em nome de valores estéticos que pareciam ter sido deixados de lado ou relegados a plano semelhante ao de outros tipos de discurso. Essas posições extremas não duraram muito, mas suas conseqüências ainda podem ser sentidas. Em muitos casos, a perspectiva nacional ainda é adotada, mas em muitos outros nota-se uma tendência gradativa no sentido da adoção de uma perspectiva mais flexível que busque substituir todo tipo de visão homogênea no estudo da Literatura por um constante questionamento de qualquer tipo de estrutura fixa, seja em relação aos velhos princípios com que os nossos cânones foram criados, seja em relação ao cunho excludente dos estudos literários que insistiam na superioridade do elemento estético sobre os demais tipos de discurso.

Na produção de histórias literárias não se pode falar da mesma disputa, uma vez que as mudanças ocorridas no campo são ainda muito recentes. Até o presente, continuam-se publicando histórias literárias tradicionais, mas ao lado de outras altamente inovadoras, e estas últimas têm-se tornado cada vez mais apreciadas. Entre as histórias inovadoras surgidas nas últimas décadas, cabe mencionar duas, se não mais, a mero título de amostragem. São essas a série *América Latina: palavra, literatura e cultura*, organizada por Ana Pizarro e publicada em três volumes pelo Memorial da América Latina, em São Paulo, em 1993, e a série *Literary Cultures of Latin America: A Comparative History*, coordenada por Mario Valdés e Djelal Kadir, e publicada em inglês pela Oxford University Press, em 2004.

As duas séries constituem um exemplo das mudanças que vêm ocorrendo recentemente na seara da Historiografia Literária na América Latina – o abandono de todo tipo de narrativa mestra, baseada nas noções de progresso e evolução, e a busca constante de um tipo de narrativa plural e provisório que não apenas leve em conta as especificidades da produção cultural do continente, mas também aborde esses aspectos por uma ótica distinta, isto é, por uma ótica calcada no *locus* de

enunciação do homem latino-americano. Ambos os projetos expressam a consciência da importância dessas questões e constituem uma tentativa de abordagem da Literatura Latino-Americana por uma perspectiva diferente. São projetos ambiciosos que trouxeram importantes contribuições, mas que também apresentam, como sempre ocorre com projetos desta dimensão, certas limitações. Entretanto, em termos gerais, eles constituem um passo à frente no âmbito da historiografia literária no continente, e são, acima de tudo, um estímulo para maiores investigações na área.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso, 1983.

BHABHA, Homi, org. *Nation and Narration*. London: Routledge, 1990.

BRAUDEL, Fernand. *Civilisation and Capitalism 15-18 Century*, vol. I, *The Structures of Everyday Life: The Limits of the Possible*. Trad. Sian Reynolds. London: Collins, 1981.

CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira*. 6th ed. 2 vols. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

CORSE, Sarah M. *Nationalism and Literature*. Cambridge: Cambridge UP, 1997.

COUTINHO, Eduardo F. "Brazilian Modernism". In: EYSTEINSSON, Astradur & LISKA, Vivian, orgs. *Modernism*. 2 vols. Amsterdam/Filadélfia: John Benjamins Publ. Co., 2007, p. 759-768.

FOUCAULT, Michel. *Les mots et les choses: une archéologie des sciences humaines*. Paris: Gallimard, 1966.

GUIBERNAU, Montserrat. *Nationalisms. The Nation-State and Nationalism in the Twentieth Century*. Cambridge: Polity Press, 1996.

HOBSBAWN, Eric. *Nations and Nationalisms since 1780: Programme, Myth, Reality*. London: Cambridge UP, 1990.

PAZ, Octavio. *Corriente alterna*. México: Siglo XXI. 1967.

PIZARRO, Ana, ed. *America Latina: palavra, literatura e cultura*. 3 vols. São Paulo: Memorial/Campinas: UNICAMP, 1993.

RAMA, Ángel. *La transculturación narrativa en América Latina*. México: Siglo XXI, 1982.

SCHWARZ, Roberto. "Nacional por subtração". In _____. *Que horas são? Ensaio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 29-48.

VALDÉS, Mario & KADIR, Djelal Kadir, orgs. *Literary Cultures of Latin America: A Comparative History*. 3 vols. Oxford: Oxford UP, 2004.

XIII Encontro da ABRALIC
Internacionalização do Regional

10 a 12 de outubro de 2012
UEPB/UFCG – Campina Grande, PB